



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 111

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 12 DE SETEMBRO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em cumprimento ao disposto no art. 62, § 3º da Constituição, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, às 21 horas e 30 minutos do dia 20 de setembro do ano em curso, no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a direção da Mesa do Senado, conhecerem os vetos apostos pelo Presidente da República aos Projetos de Lei a seguir mencionados:

1º Nº 72-67 na Câmara e nº 62-67 no Senado, que isenta de impostos e taxas federais o aumento de capital, realizado até 31 de dezembro

de 1973, resultante da incorporação de reservas ou lucros suspensos, pelas empresas industriais ou agrícolas localizadas na área de atuação da SUDENT ou SUDAM, (veto total.)

2º nº 4.866-B-62 na Câmara e nº 109-64 no Senado, que cria, na Justiça do Trabalho da 3ª Região, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Montes Claros, Minas Gerais, e dá outras providências. (veto parcial.)

3º nº 155-B-67 na Câmara e nº 72-67 no Senado, que acresce de um item o art. 7º da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1934, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas, alterado pelo Decreto-lei nº 34, de 18 de novembro de 1966. (veto total.)

COMISSÃO MISTA

INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1967 (CN), QUE "ESTABELECE LIMITAÇÕES AO REAJUSTAMENTO DE ALUGUEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 6 (seis), 8 (oito), 11 (onze), 12 (doze) e 13 (treze) de setembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários de 8,00 (oito) às 19,00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 13 (treze) às 19,00 (dezenove) horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos; e

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los.

Congresso Nacional, em 5 de setembro de 1967. — Senador Desiré Guarany, Vice-Presidente, no Exercício da Presidência.

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1967.

As dezesseis horas do dia cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Leite, João Cleofas, Petrólio Portela, Carlos Lindemberg, Guido Mondim, Menezes Pimentel

Aloysio de Carvalho, Aurélio Vianna, Adalberto Sena e Desiré Guarany, e os Senhores Deputados Ivar Saldanha, José Penedo, Passos Pôrto, e Sinval Boaventura, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e Parecer ao Projeto de Lei nº 8, de 1967 (C. N.), que "estabelece limitações ao reajustamento de aluguéis e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Josaphat Marinho e Deputados Agostinho Rodrigues, Josias Gomes, Mário Piva, Lauro Leitão, Floriceno Paixão — Freitas Diniz e Pedro Faria.

De acordo com o art. 32 do Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Carlos Lindemberg, que declara instalada a Comissão Mista, anunciando a seguir a votação para os cargos, respectivamente, de Presidente e Vice-Presidente do órgão, convidando o Senhor Senador Adalberto Sena para Escrutinador.

Distribuídas as cédulas uninominais, os Senhores Congressistas procedem à indicação dos dirigentes da Comissão, depositando seus votos na urna apropriada.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Sen. Josaphat Marinho ..	13 votos
Em branco	1 voto;

Para Vice-Presidente:

Sen. Desiré Guarany	13 votos
Em branco	1 voto.

O Senhor Senador Carlos Lindemberg proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, os Senhores Senadores Josaphat Marinho e Desiré Guarany e, face à ausência do Presidente eleito, passa a Presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Desiré Guarany, na forma regimental.

O Senhor Senador Desiré Guarany assume a Presidência, agradece a confiança manifestada pelos membros

da Comissão e passa a ler o calendário estabelecido para o Órgão, bem como as Normas Disciplinadoras dos seus trabalhos, que submete a votação de seus Pares, que as aprovam unanimemente.

A seguir, o Sr. Presidente em exercício indica o nome do Senhor Deputado SINVAL BOAVENTURA para as funções de Relator da matéria ateta à Comissão Mista.

Concluindo, o Sr. Presidente acolhe a indicação do Auxiliar Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Mario Nelson Duarte, para Secretário da Comissão.

E, nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, MARIO NELSON DUARTE, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros.

Carlos Lindemberg — José Leite — João Cleofas — Petrólio Portela — Guido Mondim — Menezes Pimentel — Aloysio de Carvalho — Aurélio Vianna — Adalberto Sena — Desiré Guarany — Ivar Saldanha — José Penedo — Passos Pôrto — Sinval Boaventura.

ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1967 — PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO

É o seguinte o texto das "Normas Disciplinadoras" aprovadas:

Art. 1º Instalada a Comissão e eleitos o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será da livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser indicado parlamentar da mesma legenda partidária do Presidente.

Art. 2º O Presidente, ouvida a Comissão, determinará local, no Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, fixando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previstos na letra a, do artigo 3º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista, no local e horário previamente determinados.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado a apresentação de emendas ao Projeto (letra a, artigo 3º, Resolução nº 1, de 1964 (CN)) serão as mesmas examinadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b, artigo 3º, Resolução nº 1, de 1964 (CN)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso subscrito por 6 (seis) membros da Comissão, no mínimo.

Art. 4º Não caberá recurso para a Comissão, as emendas que, a juízo do seu Presidente, ouvido o Relator, não sejam pertinentes ao Projeto sobre o qual se refere a matéria constante de qualquer de seus dispositivos.

Art. 5º A Comissão, a requerimento do autor da emenda, ou com o apontamento de, pelo menos 6 (seis) de seus integrantes, poderá apresentar a preliminar da respectiva imperilência.

Art. 6º Após a Comissão ter se manifestado sobre os recursos, será aberto o prazo de 72 (setenta e duas) horas ao Relator para apresentar o seu parecer que poderá concluir por

sustitutivo (letra f, artigo 8º, Resolução nº 1-64 (CN)).

Art. 9º A discussão será uma só sobre o Parecer e emendas. Poderá usar da palavra, sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão Mista de Partido ou de Partido Parlamentar. Se a matéria em discussão for técnica, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 (dez) minutos.

Art. 10 Encerrada a discussão, — prosseguir-se-á a votação que não terá o encaminhamento. Para efeito de votação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em 3 (três) grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário.

Art. 11 Prazo único. O Presidente eleito votará em caso de empate.

Art. 12 As questões de ordem serão imediatamente propostas e conclusivamente resolvidas pelo Presidente, podendo ser propostas e contraditórias pelos membros da Comissão, conclusivamente.

Art. 13 Cada questão de ordem só poderá ser contraditada por um só contraproposta.

Art. 14 Os prazos para suscitar, contraditar e decidir as questões de ordem serão de 3 (três) minutos.

Art. 15 As questões de ordem não podem ser renovadas depois de decididas pelo Presidente.

Art. 16 Qualquer destaque do projeto para votação em separado será requerido no prazo comum de dez minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão o autor do destaque e o Relator.

Art. 17 Somente os membros da Comissão serão permitidos a apresentação de subemendas, sujeitas a regulamentação pelos arts. 3º, 5º e 6º do Regimento Interno.

Art. 18 Ultimada a votação, o Relator redigirá o texto, se entender de apresentar substitutivo, o qual será votado em bloco, somente admitidas emendas que visem a corrigir a redação ou suprir omissões acerca de redações.

Art. 19 Com o parecer da Comissão Mista, os seus membros serão suspensos até que, a respeito do Projeto, delibere o Plenário do Congresso Nacional.

Art. 20 A Comissão incumbida a elaboração da redação final do Projeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da aprovação pelo Plenário (Res. nº 1-64 (CN), artigo 8º letra k).

Art. 21 As emendas e o Parecer serão distribuídos aos membros da Comissão, para prévio conhecimento, no dia previsto para a discussão e votação do Parecer.

Art. 22 Somente será aceita pela Comissão a emenda que se fizer acompanhar, além do original, de 3 (três) cópias.

Art. 23 Estas normas serão observadas pela Comissão Mista, e, nos casos omissos, serão observadas as disposições do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 5 de setembro de 1967. — Desiré Guarany, Presidente em exercício. — Sinval Boaventura, Relator.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 6 (seis), 8 (oito), 11 (onze), 12 (doze) e 13 (treze) de setembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Senado Federal, nos horários de 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e,

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHIEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHIEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

(Imprensa das oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA)

durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de Emendas na Comissão: dia 13 (treze) às 19:00 (dezenove) horas;

4 — As Emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de Emendas será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los.

Congresso Nacional, em 5 de setembro de 1967 — Senador Desiré Guarany, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1967 (C.N.), QUE "ESTABELECE LIMITAÇÕES AO REAJUSTAMENTO DE ALUGUEIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sen. Josephat Marinho
Vice-Presidente: Sen. Desiré Guarany

Relator: Dep. Sinval Boaventura

A MESA

- Senadores**
1. José Leite
 2. João Cleofas
 3. Patrônio Portela
 4. Carlos Lindemberg
 5. Guido Moneta
 6. Menes Pimentel
 7. Alípio de Carvalho

- Deputados**
1. Arcelino Rodrigues
 2. Ivar Saldanha
 3. José Penedo
 4. Passos Porto
 5. Sinval Boaventura
 6. Josias Gomes
 7. Lauro Leite

MDB

- Senadores**
1. Aurélio Viana
 2. Josephat Marinho
 3. Adalberto Sena
 4. Desiré Guarany
- Deputados**
1. Floriceno Paixão
 2. Nêscias Diniz
 3. Mário Piva
 4. Pedro Faria

CALENDÁRIO

Dia 19/9 — E' lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 4/9 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 6, 8, 11, 12 e 13/9 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 27/9 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 28/9 — Publicação do parecer; e
Dia 4/10 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Secretário: Mário Nelson Duarte
Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal.
Telefone: 2.4533 — Ramais 214 e 211.

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 6 (seis), 8 (oito), 11 (onze), 12 (doze) e 13 (treze) de setembro;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários de 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas Casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 13 (treze) às 19:00 (dezenove) horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos; e

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los.

Congresso Nacional, em 5 de setembro de 1967 — Senador Desiré Guarany, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

ATA DA 1ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1967

As dezesseis horas do dia cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Estudos do Senado Federal, reuniram-se os Senhores Senadores José Leite, João Cleofas, Patrônio Portela, Carlos Lindemberg, Guido Moneta, Menes Pimentel, Alípio de Carvalho, Aurélio Viana, Adalberto Sena e Desiré Guarany, e os Senhores Deputados Ivar Saldanha, José Penedo, Passos Porto e Sinval Boaventura, reuniram-se a Comissão Mista incumbida de estudar e Parecer ao Projeto de Lei nº 8, de 1967 (C.N.), que "estabelece limitações ao reajustamento de alugueis e das outras providências".

Deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senador Josephat Marinho e Deputados Arcelino Rodrigues, Josias Gomes, Mário Piva, Lauro Leite, Floriceno Paixão, Nêscias Diniz e Pedro Faria.

De acordo com o art. 72 do Regimento Interno, passou a Presidência do Senhor Senador Carlos Lindemberg, que declarou instalada a Comissão Mista, anunciando a seguir a votação para os cargos, respectivamente de Presidente e Vice-Presidente do órgão, convidando o Senhor Senador Adalberto Sena para Presidência.

Distribuídas as uninominais, os Senhores Congressistas procedem a indicação dos dirigentes da Comissão, depositando seus votos na urna apropriada.

Encerrada a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	
Senador Josephat Marinho ..	Votos 13
Em branco	1
Para Vice-Presidente:	
Senador Desiré Guarany	13
Em branco	1

O Senhor Senador Carlos Lindemberg proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, os Senhores Senadores Josephat Marinho e Desiré Guarany e, face à ausência do Presidente eleito, passa a Presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Desiré Guarany, na forma regimental.

O Senhor Senador Desiré Guarany assume a Presidência, agradece a confiança manifestada pelos membros da Comissão e passa a ler o calendário estabelecido para o órgão, bem como as Normas Disciplinadoras dos seus trabalhos, que submete a votação de seus Pares, que as aprovam unanimemente.

A seguir, o Sr. Presidente em exercício indica o nome do Senhor Deputado Sinval Boaventura para as funções de Relator da matéria afeta à Comissão Mista.

Concluindo, o Sr. Presidente assume a indicação do Auxiliar Legislativo, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Mário Nelson Duarte, para Secretário da Comissão.

E nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, levando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros. — Carlos Lindemberg. — José Leite. — João Cleofas. — Patrônio Portela. — Guido Moneta. — Menes Pimentel. — Alípio de Carvalho. — Aurélio Viana. — Adalberto Sena. — Desiré Guarany. — Ivar Saldanha. — José Penedo. — Passos Porto. — Sinval Boaventura.

ANEXO DA ATA DA 1ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 1967

publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

do conteúdo do texto das "Normas Disciplinadoras" aprovadas:

Art. 1º Instalada a Comissão e antes o Presidente e o Vice-Presidente, o Presidente designará o Relator.

Parágrafo único. A designação do Relator será de livre iniciativa do Presidente eleito, mas não poderá ser feita por quem estiver no mesmo tempo de instalação do Presidente.

Art. 2º O Presidente, criada a Comissão, determinará logo ao Congresso Nacional, dia e hora para a apresentação das emendas ao Projeto de Lei, ficando-se, desde logo, o termo final do prazo de 5 (cinco) dias previsto na letra c, do artigo 3º da Resolução nº 1, de 1964 (C.N.).

Parágrafo único. As emendas deverão ser apresentadas ao Secretário da Comissão Mista no local e hora estabelecida anteriormente.

Art. 3º Terminado o prazo de 5 (cinco) dias destinado à apresentação de emendas ao Projeto de Lei a, artigo 8º, Resolução nº 1, de 1964 (C.N.), serão as mesmas encaminhadas pelo Presidente da Comissão, que dará como não aceitas aquelas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República (letra b artigo 2º, Resolução nº 1 de 1964 (C.N.)).

Parágrafo único. Da decisão do Presidente sobre a não aceitação de emendas caberá recurso para a Comissão, nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes ao termo final do prazo fixado para o recebimento das emendas, improrrogavelmente. Só será admitido recurso suscitado por 3 (três) membros da Comissão, no mínimo.

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de

Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Val ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM

Nº 479, de 1967

(Nº 535-67 NA ORIGEM)

Excelentíssimos senhores membros do Congresso Nacional

Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei nº 1.438-C-60 (no Senado nº 88/67) que concede, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

A política de substituição de importações adotada pelos países em desenvolvimento utiliza dos mais variados instrumentos de defesa, seja pelo emprego de incentivos fiscais, seja pela dosagem das isenções tributárias. No que concerne a este último instrumental, as isenções tributárias para importação não se aplicam aos produtos e bens com similar nacional que possam ser produzidos no país em condições satisfatórias.

No projeto de lei em tela mantida a expressão "sem similar nacional registrado", estaria permitida a importação, sem gravame, de equipamento completo desde que esteja, desmontado, concorrendo dessa forma os favores fiscais para o desestímulo daqueles que já se encontram engajados na nascente e promissora indústria nacional de telecomunicações.

Também quanto à regra prevista no art. 2º do Projeto de Lei cuja sanção é recusada, as condições estabelecidas para atingir importações pretéritas, mediante assinatura de termo de responsabilidade, "desde que os ônus dos tributos não tenham sido ou venham a ser transferidos pelo importador ao primeiro adquirente", embora pareça justa, não tendo sido completada por disposição adicional, entende inexecutável, pois não contendo as licenças de importação o nome da concessionária a que se destina o equipamento, nem referência ao respectivo contrato, as repartições competentes não terão condições de julgar se determinada importação efetuada no passado com assinatura de termo de responsabilidade refere-se a material que faz parte de um contrato, pelo qual a concessionária terá que arcar com o eventual ônus tributário, ou de outro tipo de contrato, no qual o preço foi calculado já incluindo tais despesas, caso em que os fatores fiscais beneficiariam adicionalmente o fabricante.

Ademais, a legislação vigente atende ao objetivo do Projeto, concedendo, nos termos do Decreto-lei nº 46, de 18 novembro de 1966, incentivos fiscais às indústrias, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da vigência daquela lei, no que tange, também, a equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas destinadas, especificamente, às indústrias de materiais elétricos e eletrônicos, assim considerados a fabricação e montagem de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios e componentes elétricos e eletrônicos.

São estes os motivos que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apre-

ciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 31 de agosto de 1967.
— Arthur da Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Concede, pelo prazo de um ano, — isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, para material destinado à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida, pelo prazo de um ano, isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamento, máquinas, peças complementares, sobressalentes e acessórios, ferramentas, material especializado e específico, sem similar nacional registrado, importados por empresas industriais instaladas no Brasil e destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas.

Art. 2º A isenção concedida abrange igualmente os bens descritos no art. 1º desta lei importados pelas empresas e despachados nas repartições aduaneiras mediante assinatura do respectivo termo de responsabilidade, desde que o ônus dos tributos não tenha sido nem venha a ser transferido pelo importador ao primeiro adquirente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

I — Agradecimento de comunicações referentes a vetos presidenciais: (de 4 de mês em curso)

Nº 40-687 — (Nº de origem 603-67) — com referência à aprovação do veto ao Projeto de Lei da Câmara número 31-B-67 e nº 57-67 no Senado, que dispõe sobre o Conselho de Justificação, estabelece normas para o seu funcionamento e dá outras providências.

Nº 481-67 — (Nº de origem 304-67) — com referência à aprovação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.156-C-64 e nº 69-67 no Senado, que dispõe sobre a concessão da prorrogação de prazos pelos estabelecimentos oficiais de crédito a devedores do Nordeste e estabelece outras providências.

Nº 482-67 — (Nº de origem 605-67) — com referência à aprovação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1.847-B-64 e nº 324-66 no Senado, que cria Juntas de Conciliação e Juizamento na 6ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Nº 484-67 — (Nº de origem 607-67) — com referência à aprovação do veto ao Projeto de Lei da Câmara nº 111-C-67 e nº 66-67 no Senado, que fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências.

II — Agradecimento de comunicações referente à aprovação, pelo Senado, de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação dessa Casa do Congresso Nacional (de 4 do mês em curso):

Nº 483-67 (Nº de origem 606-67) — com referência à escolha do Doutor Geraldo de Rezende Martins, para o cargo de Membro do Conselho Monetário Nacional.

III — Restituição de autógrafos de Projetos de Lei sancionados (de 3 do mês em curso):

Nº 485-67 — (Nº de origem 608-67) — autógrafos de Projeto de Lei nº CN-3-67, que dá nova re-

dação ao artigo 3º, inciso III, da Lei nº 3.381, de 24 de abril de 1958. — (Projeto que, sancionado, transformou-se na Lei nº 5.312, de 4 de setembro de 1967).

Nº 486-67 — (Nº de origem de 609 de 1967) — autógrafos do Projeto de Lei nº CN-2-67, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Justica, o crédito especial de NCr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros novos), para a instalação da Justiça Federal no Estado de São Paulo. (Projeto que, sancionado, transformou-se na Lei nº 5.313, de 4 de setembro de 1967).

Nº 487-67 — (Nº de origem 615-67) — autógrafos do Projeto de Lei número CN-4-67, que estabelece normas sobre a fiscalização de mercadorias estrangeiras, e dá outras providências. (Projeto que, sancionado, transformou-se na Lei nº 5.314, de 11 de setembro de 1967).

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — Do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral:

Aviso nº 356-A — de 31 de agosto, com referência ao Requerimento nº 669-67, do Sr. Senador Desiré Guarani.

II — Do Ministro do Interior: Aviso-BSE-221-67 — de 5 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 720, de 1967, do Sr. Senador Raul Gubertli.

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº C.C.35.640.41 (98) — de 28 de agosto do corrente ano, comunicando haver sido remetido à Embaixada do Brasil junto à Santa Sé, para encaminhamento ao seu destinatário, o texto do Requerimento nº 166, de 1967, em que os Srs. Senadores Jaconcelos Torres e Paulo Torres solicitam sejam transmitidas as congratulações do Senado Federal a Sua Santidade o Papa Paulo VI, pela publicação da Encíclica Populorum Progressio.

OFÍCIO DO MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.

Nº 629 — de 29 de agosto de 1967 — comunica haver aquela Corte ordenado a anotação do ato correspondente ao Decreto Legislativo número 59-66.

OFÍCIO:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando a revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, de 1967

(Nº 429-B-67, NA ORIGEM)

Dispõe sobre o arrendamento de áreas aeroportuárias das empresas e pessoas físicas ou jurídicas ligadas às atividades aeronáuticas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam dispensados do regime de concorrência pública os arrendamentos de áreas aeroportuárias destinadas às instalações para abrigo, reparação, abastecimento de aeronaves e outros serviços auxiliares, que interessarem diretamente às empresas ou pessoas físicas ou jurídicas concessionárias do serviço aéreo ou de serviços pertinentes à aviação, assim julgados pela autoridade competente.

§ 1º Incluem-se nas disposições deste artigo as áreas para despacho, escritório, oficinas e depósitos.

§ 2º As instalações mencionadas poderão ser feitas em áreas reservadas dos aeroportos, subordinadas, porém ao pagamento das taxas previstas no

Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Os arrendamentos serão formalizados mediante contratos, com prazo máximo de 5 (cinco) anos, e poderão ser renovados a juízo da autoridade competente.

Art. 3º A autoridade competente poderá, nos casos que julgar conveniente e mediante as condições que determinar, ceder aos concessionários áreas para construção de benfeitorias consideradas permanentes, que reverterão ao domínio da União, ao fim do prazo contratual, sem indenização de espécie alguma.

§ 1º Nesses casos, o prazo da concessão deverá ser tal que permita a amortização do capital empregado na instalação.

§ 2º Caso o Governo necessite da área cedida, antes de expirado o prazo contratual, o concessionário terá jus a uma indenização correspondente ao capital ainda não amortizado.

Art. 4º A ampliação de instalações de que trata o artigo anterior, só poderá ser feita com aprovação da autoridade competente.

§ 1º O acréscimo não importa em obrigação do Governo de indenizar nem prorrogar o prazo de reversão, salvo quando for autorizado com essa condição especificamente.

§ 2º Seja qual for o valor do acréscimo, a prorrogação só poderá ocorrer uma única vez e por tempo que não exceda de 1/5 do prazo contratual.

Art. 5º Aos arrendatários que se dediquem à exploração de serviços ou atividades semelhantes, é assegurado o direito de receber áreas iguais às de maior dimensão já concedida a outra empresa de atividade semelhante, comprovada a necessidade.

Art. 6º As taxas de arrendamento serão fixadas anualmente, tomando por base o metro quadrado, e cobradas mensalmente.

Art. 7º O Poder Executivo, através do Ministério da Aeronáutica, regulamentará o processamento dos contratos referidos nesta Lei, observada a legislação vigente para os casos não especificados.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 1967

(Nº 431-B-67, NA ORIGEM)

Dispõe sobre a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de nove Prêmios Literários Nacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Ministério da Educação e Cultura, os Prêmios Literários Nacionais, destinados a distinguir obras publicadas e inéditas, em língua vernácula.

Art. 2º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas, em número de 6 (seis), terão as seguintes denominações:

1. Prêmio Instituto Nacional do Livro de Romance;
2. Prêmio Instituto Nacional do Livro de Poesia;
3. Prêmio Instituto Nacional do Livro de Conto e Novela;
4. Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros;
5. Prêmio Instituto Nacional do Livro de História do Brasil;
6. Prêmio Instituto Nacional do Livro de Ensaio Literário e de Linguística.

Art. 3º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas, em número de 3 (três), destinar-se-ão aos gêneros Ficção, Poesia e Ensaio Literário, e terão as seguintes denominações:

1. Prêmio Jorge de Lima — Poesia;

2. Prêmio José Lins do Rêgo — Ficção (Romance, Conto e Novela), e 3. Prêmio Mário de Andrade — Ensaio Literário.

Art. 4º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas aos gêneros Romance, Poesia e Estudos Brasileiros, serão concedidos nos anos ímpares, e os de Conto e Novelas, História do Brasil e Ensaio Literário e de Linguística, serão concedidos nos anos pares.

Art. 5º Os Prêmios Jorge de Lima, José Lins do Rêgo e Mário de Andrade para obras inéditas, serão concedidos anualmente.

Art. 6º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas terão, cada um, a dotação inicial de NCR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), correndo essas remunerações por conta do Instituto Nacional do Livro.

Parágrafo único. O valor destes Prêmios será revisto periodicamente, de modo a mantê-los equivalentes a cinquenta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 7º Os Prêmios Literários Nacionais para Obras Inéditas terão a dotação inicial indivisível de NCR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos).

Parágrafo único. O valor destes prêmios será revisto periodicamente de modo a mantê-los equivalentes a vinte vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 8º As Comissões Julgadoras dos Prêmios Literários Nacionais para Obras Publicadas e Obras Inéditas deverão ser constituídas, cada uma delas, por 3 (três) intelectuais de renome, nomeados pelo Ministro da Educação e Cultura, mediante indicação de 1 (um) pelo Conselho Federal de Cultura e 2 (dois) outros pelo Diretor do Instituto Nacional do Livro.

Art. 9º O Orçamento Geral da União incluirá a dotação necessária ao atendimento dos encargos decorrentes da presente Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 1967

(Nº 432-B-67, NA CASA DE ORIGEM)

Concede reajustamento de proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os proventos da aposentadoria do ex-funcionário índio Tamoyo do Prado, aposentado compulsoriamente por decreto de 12 de agosto de 1959, a partir de 5 de janeiro de 1959, no cargo de Zelador, classe J, do Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura, passam a corresponder, *ex vi* do disposto no art. 63 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, aos do cargo de Oficial de Administração, código AF-201-12.A.

Art. 2º As vantagens financeiras do reajustamento de que trata o artigo anterior prevalecem a partir de 1º de julho de 1960, e correspondem aos valores resultantes dessa lei e de leis posteriores que concederam aumento geral, de vencimentos dos funcionários, e proventos dos aposentados, e serão revistas sempre que se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, de 1967

(Nº 433-B-67, NA ORIGEM)

Estende aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 5 de dezembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estendido aos funcionários da Polícia Civil dos Estados e Territórios Federais o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 5 de dezembro de 1965, em seu art. 4º e respectivos parágrafos, para os funcionários da Polícia Civil da União e do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECERES

Parecer nº 573, de 1967

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1967 (nº 392-B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos superior antes de serem federalizados por leis especiais.

Relator: Senador José Ermírio.

O presente projeto, de iniciativa do Sr. Presidente da República, dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores pertencentes a estabelecimentos de ensino superior antes de serem federalizados por leis especiais.

A proposição é justificada em Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura, a qual, entre outras considerações, assinala:

“A vista do exposto, urge a adoção de providências de ordem legislativa, para uniformizar a contagem do tempo de serviço prestado pelos servidores de qualquer categoria, anteriormente às federalizações das entidades educacionais, e que, pelas leis respectivas, tiveram o direito de ser aproveitados como servidores públicos federais, cessando, com isso, os entendimentos administrativos sobre o assunto e as polémicas estérteis entre os órgãos da Administração Pública da União incumbidos de apreciar esses casos”.

Na Câmara dos Deputados, foi o projeto alterado, restringindo-se o seu campo de garantia, no que tange à contagem de tempo de serviço, apenas para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

O fundamento do projeto, isto é, a garantia da contagem de tempo de serviço, prestados a estabelecimentos de ensino superior antes da federalização dos mesmos, encontra arrimo na legislação estatutária, onde se insere precedente relativo ao cômputo de tempo de serviço prestado a instituição de caráter privado que houver sido transformada em estabelecimento de serviço público (art. 8º da Lei nº 1.711, de 1952).

Além do mais, conforme salienta a referida exposição ministerial, quase todas as leis relativas a federalizações têm assegurado, expressamente, o direito à contagem do tempo de serviço anterior.

Um reparo, entanto, deve fazer-se ao projeto. Não cabe mais referência ao cômputo para efeito de disponibilidade, uma vez que, tanto nos termos da Constituição Federal — art. 99 § 2º — senão, também, na Lei estatutária os proventos da disponibilidade são sempre integrais, e não proporcionais ao tempo de serviço, conforme estabelecia o art. 194 da

Lei nº 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Assim, a referência à contagem do tempo de serviço, para efeito de disponibilidade, não mais se ajusta ao servidor público — Art. 174 da Lei nº 1.711, de 1952 — embora encontre-se essa mesma expressão em várias leis posteriores ao Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e, até, na recente Constituição Federal (Art. 101, § 1º). São, porém, repetições de expressões que, apenas por força do hábito, vêm sendo conservadas na legislação, sem, contudo, possuírem qualquer sentido prático. Esse equívoco, cometeu-se, conforme assinalamos, o legislador constituinte, ao redigir o § 1º do Art. 101 da Constituição de 1967, o qual, assim, em discordância com o artigo 99, § 2º, da mesma Carta, que garante proventos integrais (e não mais proporcionais ao tempo de serviço) ao servidor em disponibilidade.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do projeto, com a seguinte

EMENDA 1 C P E

Ao Art. 1º, *in fine*.

Suprimam-se as palavras:

“e disponibilidade”.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 1967. — Carlos Lindemberg, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Antonio Carlos. — Mem de Sá. — Petrónio Portela.

Parecer nº 574, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 260-R, de 18-5-1967, do Sr. Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal, solicitando as necessárias providências no sentido de ser concedida licença para o prosseguimento da ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

Por Ofício nº 260, de 18 de maio último, endereçado ao Sr. Presidente do Senado o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Lafaiete de Andrada, Relator na Ação Penal nº 179, do Estado da Guanabara, em que é querelante o antigo Ministro do Trabalho e Previdência Social, Coronel Valter Perachi Barcelos, solicita desta Casa licença nos termos do art. 34, § 1º, da Constituição Federal, para prosseguir no procedimento criminal, visto encontrar-se no exercício do mandato de Senador, que lhe foi conferido nas eleições de 15 de novembro de 1966, o querelado, jornalista Mário Martins.

O FATO

Julgando-se atingido, em sua honra por conceitos e comentários emitidos pelo articulista em colaboração assinada no “Jornal do Brasil” de 1º de maio de 1966, e em que apreciava a sua atuação à frente daquela pasta, o Coronel Perachi Barcelos, escreveu-lhe uma carta, desejoso de explicações que anulassem o que se lhe afigurava acusação inverídica e insidiosa. No artigo, o jornalista, consoante o exposto na denúncia do Promotor Público da Guanabara, Dr. Rafael Cirigliano Filho levantava graves increpações às autoridades brasileiras, inclusive ao Ministro do Trabalho, afirmando, a propósito da pretensão de estabilidade, que seria feita em benefício dos capitalistas estrangeiros, e que com ela o Brasil se tornaria “o paraíso daqueles que hoje têm dólar no bolso e também no bolso certos homens públicos”.

Reconhecendo o “caráter genérico” dessas increpações, é que o Coronel Perachi Barcelos dirigiu a carta contestando a veracidade das arguições e solicitando que o destinatário postivesse se ele, Ministro, estava incluí-

do entre “aqueles que se acham no bolso dos que têm dólares” e pretendem transformar o Brasil num paraíso a ser explorado, contra os interesses nacionais.

Abaixo da transcrição da carta, o jornalista, num artigo que intitulou de *Carta e resposta*, declarou *ipsis litteris*: “não quero incluir nem deixar de fora o nome do Ministro entre aqueles que se acham no bolso dos que têm dólares”. E adiante asseverou: “Mas o País inteiro tem consciência de que o Brasil está sendo entregue a uma potência estrangeira, graças a um opressivo sistema político, do qual faz parte, em posição de liderança, o Sr. Coronel Perachi Barcelos”.

Tais expressões são ressaltadas na denúncia do Ministério Público, como o foram na representação oferecida pelo querelante ao Ministro da Justiça. No expediente encaminhado em fotocópias pelo eminente Ministro-Relator, não figura o texto dos dois artigos incriminados, ainda que, na representação do titular do Ministério do Trabalho, se diga que é feita a juntada de “um exemplar da publicação injuriosa”, parecendo tratar-se então, do articulado em resposta à carta, porque este, evitando a desejada “explicação” ou “retificação”, é que teria consumado a ofensa.

Não nos convencemos do que fosse indispensável a juntada, visto que não nos cumpre fazer o julgamento das palavras usadas, missão que cabe inelutavelmente ao Poder Judiciário, se concedida a licença para o processo. Além disso, o querelado, na sua defesa prévia, perante o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Guanabara, por onde corre a ação, não se esteou em que não houvesse escrito tais palavras, antes admitiu que as escreveu no uso do direito constitucional da liberdade de manifestação do pensamento pela imprensa e agindo com o *animus corrigendi* nas críticas e censuras feitas não só ao comportamento do Ministro do Trabalho como tal, mas também à filosofia do Governo, “condurida à adoção de uma política no plano econômico, financeiro e social, contrária aos interesses do País e à soberania nacional”. De resto, essa defesa concluiu pelo oferecimento da prejudicial da *exceptio veritatis*, que o juiz deferiu o que, afinal, demonstra não se haver contestado as palavras em apreço, na sua existência material, senão no seu sentido desmoralizante.

Posteriormente convidado por esta Comissão para dizer sobre os termos da acusação que lhe é movida, o Senador Mário Martins juntou espontaneamente, por cópia datilográfica, pôsto que não autenticadas, os dois artigos, causa do processo.

ASPECTOS FORMAIS

A representação do Ministro do Trabalho ao Ministério da Justiça, pedindo as providências da lei para que o Ministério Público pudesse iniciar a ação penal, tem a data de 5 de maio de 1966 sob nº 996, e deu entrada no protocolo do Ministério da Justiça em 9 de maio. O Ministério da Justiça encaminhou o pedido ao Procurador-Geral do Estado da Guanabara em 18 do mesmo mês. Nesse dia, o Procurador designou para oferecer a denúncia o Promotor Rafael Cirigliano Filho. Explica-se essa tramitação pelo disposto no art. 29 da Lei de Imprensa, então vigente, estatuinte que nos crimes das letras f, g e h do artigo 9º, ou seja, os crimes de calúnia, difamação e injúria (a denúncia pede a punição do jornalista Mário Martins por calúnia e difamação), a ação penal é promovida por denúncia do Ministério Público — e não por queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo — quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão das suas atribuições

Não cabe cogitar, *in casu*, da quitação da iniciativa do pedido de licença, se a autoridade processante, se do Ministério Público ou, mesmo, da autoridade policial, contém as hipóte-

ses correntes. O problema foi suscitado pelo ex-Senador Heribaldo Vieira, Relator no processo da licença ao Senador Nelson Maculan, onde o requerente da medida fora o Ministério Público. O relator fundamentou, amplamente a validade dessa iniciativa, mas as assinaturas apostas no parecer com "ressalva" de algumas teses não sustentadas fazem presumir esteja esta entre as que não lograram entendimento unânime.

Como quer que seja, aqui a iniciativa em causa é de legitimidade incontestável. Logo que, na sua defesa, o querelado opôs a exceção da verdade, mandou o juiz que os autos subssem no Supremo Tribunal Federal, na estrita observância ao artigo 85 do Código de Processo Penal, de combinação com o artigo 101, inciso I, letra c, da Constituição vigente àquela época, preceito a que a atual Constituição dá guarida na letra b do inciso I do seu artigo 114.

O mandamento constitucional é o que confere competência ao Supremo Tribunal Federal, para processar e julgar, originariamente, os Ministros de Estado e outros titulares de categoria, assim nos crimes comuns como nos de responsabilidades. E a disposição processual invocada é a que declara que "nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal dos Tribunais de Apelação, aquele ou a estas caberá o julgamento quando oposta e admitida a exceção da verdade".

Ora, neste processo criminal contra o jornalista Mário Martins, por delito de calúnia e difamação, figurou de querelante, um Ministro de Estado, e Ministro do Trabalho e Previdência Social. Admitida a exceção de verdade oferecida pelo denunciado, transferiu-se a causa para o Supremo, nos termos do mencionado artigo 85 do Código Processual. Do Relator no Supremo, Ministro Lafaiete de Andrada, deferindo representação que lhe enviou o Procurador-Geral da República, destinando inicial da representação do Ministério da Justiça para o processo, é que vem ao Senado o pedido de licença para o prosseguimento da ação penal, visto encontrar-se hoje no exercício de mandato eletivo o jornalista inculcado. Assim, o Ofício nº 230, referido na primeira linha deste parecer, é o documento que impõe legitimidade plena ao pedido de licença sobre que nos manifestamos.

PROCESSO ANTERIOR DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Inferre-se do exposto que um aspecto especial caracteriza a presente hipótese, e é o de que a apontada ofensa e o processo dela resultante antecederam a eleição e posse do querelado como Senador. Quando se fala de irresponsabilidade por palavras, votos e opiniões no exercício do mandato é claro que se trata de situação presente, com projeção para o futuro. Não se compreenderia que os juízos emitidos anteriormente ao exercício do mandato passassem a ser por este cobertos. A liberdade para profecios, através de qualquer instrumento de comunicação, dentro ou fora de uma campanha eleitoral, obedece a outro princípio que não, obviamente, o da irresponsabilidade legal do parlamentar.

Outra situação é a de conceitos injuriosos emitidos antes da investidura no mandato eletivo, vindo o processo, deles originado, a coincidir, no tempo, com o exercício do mandato. Aos que se impressionam com o argumento de que a imunidade parlamentar não protege o membro do Congresso contra a "investida", por ditames políticos, do Poder Executivo — e o Instituto não, seu e prosperou na In-

glaterra precisamente depois de longa e árdua luta entre o parlamento e o rei, buscando cada qual firmar-se em detrimento das prerrogativas do outro poder — importa, sem dúvida, a circunstância de o ofensor, no momento do alevio, nenhum mandato eletivo desempenhar, o que retira da iniciativa processual do Executivo, se for o caso, o proclamado empenho de desfalecer a bancada legislativa adversa. Mas se a imunidade parlamentar repousa, principalmente ou exclusivamente, nesse só fundamento, mediocre seria o seu alcance político, e de pouco, em verdade, serviria. De resto, o inconveniente de alguém se eleger para furtar-se ao processo já "reaurado, um dos males acusados na pretendida extensão, é facilmente remediado com a concessão da licença pela câmara que o receber entre os seus membros.

Vejam os problema no Brasil, através das suas sucessivas constituições republicanas, da jurisprudência dos seus tribunais e do Parlamento, dos ensinamentos, em suma, da doutrina. Sabe-se que a Carta constitucional de 1937 foi a única que limitou, claramente, no tempo, o uso da prerrogativa, ao declinar, no seu artigo 42, que durante o prazo em que estivesse funcionando o parlamento nenhuma dos seus membros poderia ser preso ou processado criminalmente sem a licença da respectiva Câmara, salvo flagrante em crime inafiançável.

Essa cláusula, concernente ao tempo de funcionamento do Parlamento, não a encontramos, de fato, em nenhuma outra das nossas constituições. A de 1891 já estabelecia, pelo seu artigo 20, o termo de começo e o termo final da imunidade processual, a saber, a data de recebimento do diploma e a data da nova eleição. Esse critério, mantido como reforma de 1926, sofreu ligeira alteração na Constituição de 1934, levando-se, aí o termo final até a expedição dos novos diplomas. Com a Constituição de 1936, ainda mais liberal na fixação do último termo, o privilégio passou a acompanhar o parlamentar até a inauguração da nova legislatura, norma mantida pela Constituição de 1937.

Como se vê, a época em que se cometeu o crime não conta para o efeito da dispensabilidade da autorização legislativa para o processo. O essencial é que este venha a correr concomitantemente ao exercício do mandato, quando se tornar imprescindível a licença da câmara a que o indiciado pretenda.

A lição de Pedro Aleixo, a esse respeito, inserta na sua preciosa monografia intitulada *Imunidades Parlamentares* (ed. 1931), não deixa dúvida:

"O fato em virtude do qual deva ser reclamado o processo criminal ou a prisão do congressista pode ser anterior à expedição do diploma que tornou o cidadão membro do Congresso Nacional. Essa circunstância não altera em nada a situação para os efeitos de não se poder instaurar a ação criminal, de não se poder prosseguir na ação criminal, de não se poder efetuar a prisão do acusado ou de não se poder manter o acusado preso, sem a devida autorização da Câmara para a qual foi eleito, segundo o diploma que haja sido expedido" (Pág. 123).

Não é diverso o pensamento de Alcindo Pinto Falcão, em dissertação sobre o tema:

"Pode dar-se que quem haja sido eleito, antes de diplomado, haja sido preso em flagrante, esteja respondendo a processo, e neste haja até mensagem condenatória passada em julgado. Nesta última hipótese, o caso é de inelezibilidade (Const., art. 112, III; art. 135 1º, nº II, combinado com o art. 128). É que a condenação criminal, enquanto durarem seus efei-

tos, suspende os direitos políticos, e que torna o cidadão inelezível, e, pois, inelezível, segundo as letras dos referidos artigos. Nas duas outras hipóteses, com razão diz Pontes de Miranda: "Se alguém foi processado e preso antes da eleição, a expedição do diploma cria-lhe a imunidade processual". ("Da Imunidade Parlamentar" — ed. 1955 — pág. 116).

Ilustrando a passagem, o ilustre jurista relembra decisão do Supremo Tribunal Federal que, na vigência da Constituição de 1891, anulou, mediante *habeas corpus*, a prisão disciplinar de um 1º tenente do Exército, o tenente João Propício da Fontoura, que fora eleito deputado estadual na Bahia. Entre os que concederam a ordem, figurou o Ministro Pedro Lessa, para quem o ato do Ministro da Guerra era correto e merecido, mas não prevalecia, pela superveniência da imunidade parlamentar. (Ver "Revista do Supremo Tribunal Federal" — Vol. XV — 1918 — pág. 342).

Proclamando que o exercício do mandato legislativo se tornaria impossível sem a garantia da licença para a prisão ou o processo, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por decisão de 1951, em apelação criminal, declarou aplicar-se a imunidade mesmo que o crime fosse anterior à expedição do diploma. (Revista Iorense — Vol. 137 — 1951 — pág. 551).

A repercussão do problema no âmbito parlamentar enseja-nos a citação, pelo menos, de dois pareceres, ambos farto em documentação e argumentação, um, do professor Paulo Brossard, então deputado estadual no Rio Grande do Sul, concluindo pela licença para o processo penal de um membro da Assembleia Legislativa por delitos de peculato, falsidade ideológica e falsidade documental, praticados todos antes da investidura no mandato eletivo (Rev. Forense, Vol. 139 — 1957 — pág. 70), e o outro, do professor Bilac Pinto, atual embaixador do Brasil em Paris, e que à época cumpria o mandato de constituinte estadual em Minas Gerais, quando contrariamente a licença a seu companheiro de Assembleia, Sr. José Bonifácio, acusado de, evidentemente, no delito em que se fizera eleger deputado, haver distribuído e trocado cédulas em área proibida por lei. Depois último pronunciamento o considerando final apegava-se ao raciocínio de que, do ponto de vista político, não deveria a Assembleia desfalecer-se de um elemento que lhe vinha prestando relevantes serviços na elaboração constitucional, um argumento, evidentemente, muito mais de valorização do mandato, que precisava manter-se a salvo de obstáculos ou interferências. Este, aliás, é o subterfúgio político sobre que assenta o princípio da necessidade de licenças, mesmo para o processo de infrações ocorridas anteriormente ao exercício do mandato.

E de que o princípio é incontroverso, entre nós, teremos a melhor prova percorrendo os quatro grandes comentadores da Constituição de 1934: nenhum dos quais, por isso mesmo que se trata de questão pacífica, abre maior espaço à explanação do assunto. O primeiro deles João Barbalho, opoitor declarado da "imunidade parlamentar, reconhecia, honestamente que "mal garantido" ficaria o parlamentar se, na constância do seu mandato, pudesse ser preso por fato anterior, raciocínio a que o conduziam — conservava — tanto a letra como o espírito da velha Constituição (Const. Federal Brasileira — Comentário — ed. 1932 — pág. 67). Aurélio Leal, outro desafiado ao instituto, sentenciou que "as infrações anteriores ao mandato cobrem o congressista até a pronúncia (sistema da Constituição de 1891). Ainda mesmo que esta já tenha sido proferida, o processo tem

de ser submetido à apreciação da Câmara (Teoria e Prática da Constituição Federal Brasileira — 1925 — pág. 363). Para Maximiliano, a imunidade tem início antes do reconhecimento, compromisso e posse. "Conta-se do recebimento do diploma unicamente para que não sejam lubrificadas as autoridades policiais e judiciárias e postam, na dúvida, exigir um título comprobatório da qualidade de membro do Congresso antes de proclamar a Justiça Eleitoral os nomes dos eleitos". "Fumma-se com a nulidade — acrescentava — a ação continuada após a investidura do representante, sem licença da câmara respectiva". (Const. Brasileira — Comentários — t. II — 1934 — págs. 40 e 55). E, finalmente, Pontes de Miranda: "Se alguém foi processado e preso antes da eleição, a expedição do diploma cria-lhe a imunidade processual: será sóto para ir recebê-lo, mas os atos praticados antes da expedição do diploma são válidos, inclusive se houve a formação de culpa e a pronúncia" (Comentários à Constituição de 1937 — t. II — 1960 — pág. 413).

Dizem todos, como se vê, muito pouco, mas dizem o que basta para verificar-mos que o processo criminal intentado contra o jornalista Mário Martins, antes da sua investidura de Senador, não poderá continuar se para isso não for concedida, por esta Casa a dev da licença, pouco importando que os delitos de que foi ele acusado tenham sido cometidos antes da sua eleição, antes, até de formalizada a sua candidatura. A licença do Senado, se deferida, validará os atos processuais realizados anteriormente ao mandato, bem como os que, na constância deste, se sucederam. E, restando, não invalidará os atos já praticados, mas fulminará de nulidade irremediável os que, sem o consentimento do Senado, vierem a consumar-se. De tudo se conclui que, concedida ou negada a licença, terá o Senado preenchido formalidade essencial ao processo.

RITO DO PEDIDO DE LICENÇA

Como afirmamos em parecer anterior, requerido diligência, o nosso Regimento Interno é omissivo quanto a rito especial para a tramitação do pedido de licença para processo criminal de Senador. Nem o artigo do Regimento em que se discrimina a competência desta Comissão (art. 86) contém qualquer inciso nesse sentido, ainda que seja esta uma das mais importantes das nossas atribuições. Apenas o artigo 278, letra A-2, fazendo remissão ao artigo 45 da Constituição, torna secreta a votação em Plenário, como o artigo 117, em sua letra e, dispõe serem sempre secretas as reuniões de Comissão, para decidir sobre matéria dessa natureza. Tudo isso, com a adequada indicação das fontes regimentais, foi acentuado no parecer, atrás mencionado, do ex-Senador Heribaldo Vieira, datado de 16 de junho de 1935, sob nº 721, no expediente atinente ao pedido de licença para ser processado criminalmente o então Senador Nelson Maculan. Esse parecer assentou, acertadamente, que o pronunciamento da Comissão de Justiça, a falta de texto expresso, se ajustava à norma regimental de caráter geral que nos dá competência para "opinar obrigatoriamente sobre a constitucionalidade e juridicidade de qualquer proposição sujeita ao pronunciamento do Senado" etc. (art. 23, letra c).

Decorre daí certa liberdade à Comissão para determinar, em cada caso concreto, as formalidades mais convenientes ao esclarecimento do fato ou dos fatos sob seu exame. Não há, porém, transformar a tramitação da matéria num processo com o rito do processo judicial, mas, simplesmente, facilitar ao relator, na medida do possível, a coleta de quaisquer elemen-

tos que sirvam para uma deliberação íntima. E' sempre para ponderar a advertência de Georges Bataine que que uma assembleia política, quando se pronuncia sobre um pedido de autorização de procedimento criminal, não julga; verifica, tão-somente, se o processo é legal e sério, nêle não se descobrindo, de longe, a intenção de afastar da lida o parlamentar acaso incômodo ao Governo (Ver *Revue de Droit Public* — julho a setembro 1953 — pag. 697).

Quase com as mesmas palavras e a lição de Burdeau, no seu *Manual de Droit Constitutionnel*: "o direito da inviolabilidade é impedir a instauração de qualquer processo. Mas a Câmara pode suspender a imunidade e autorizar-lo; neste caso, não desempenha, de nenhum modo, o papel de uma jurisdição; sua missão se limita, em direito, a decidir se o processo e ou não motivado pelo intuito de privar o parlamentar da possibilidade de exercer o seu mandato" (5ª ed. — 1947 — pag. 278). Em síntese, nem a concessão da licença é uma condenação, nem a sua negativa uma absolvição.

Para tanto, satisfaz um ato simples e breve, em que o essencial será ouvir, na instância parlamentar, o acusado, praxe que agora se repetiu com o Senador Mário Martins, que se limitou a juntar ao processado o texto dos dois artigos que o levaram a Juízo, um, intitulado *pelé salva festa*, e outro, intitulado *Carta e resposta*.

VOTO SECRETO

Esta Comissão, conhecendo do pedido de licença para o processo do então Senador Nelson Maculan, adotou o ponto de vista do relator, no sentido de ser meramente expositivo o seu parecer, tornando-se pronunciamiento conclusivo da Comissão, para o fim de encaminhamento da matéria ao Plenário, o resultado do escrutínio secreto realizado entre os seus membros.

Valeu-se o relator, para assim propor, do disposto no art. 43 da antiga Constituição, determinando, brigatoriamente, o voto secreto, dentre outros casos, no artigo 45, § 2º, *in verbis*: "a câmara interessada deliberará sempre pelo voto da maioria dos seus membros." O artigo 45, de que esse parágrafo fazia parte, era o que declarava que desde a expedição do diploma até à inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderiam ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença da sua câmara. O § 1º atendia, especificamente, ao caso de flagrante de crime inafiançável, mandando que os autos fossem remetidos, dentro de quarenta e oito horas, à câmara respectiva, para que resolvesse sobre a prisão e decretasse, ou não, a formação de culpa.

Assim, quer decidisse sobre a prisão em flagrante, efetuada, quer sobre a licença para a prisão revestida de outras circunstâncias ou para o processo criminal — início ou prosseguimento —, a câmara interessada sempre o faria pelo voto da maioria dos seus membros, *ex vi* do § 2º do artigo 45, sendo secreto esse voto, na conformidade do artigo 43.

Por sua vez, o preceito do § 2º do artigo 45, de que, em casos tais, o resultado da votação seria o da maioria dos membros da Câmara, impunha-se em face da norma do artigo 42, de que, salvante disposição constitucional em contrário, as deliberações do legislativo seriam tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos componentes da Casa. O *quorum* especial estabelecido pelo § 2º do artigo 45 era, exatamente, uma das exceções constitucionais àquela regra de maioria simples, fixada no artigo 42. E agora isso, voto secreto, na forma do artigo 43.

Pelo visto, não poderia orientar-se o Regimento Interno do Senado, se não firmando, no seu artigo 117, letra c, serem sempre secretas as reuniões de Comissão para decisão sobre pedido de licença com o objeto de processo criminal a Senador, e no seu artigo 278, letra a-2, ser secreta a votação em Plenário, na mesma hipótese. Já fizemos referência a essas disposições regimentais, quando acenhamos a inexistência, em nossa lei interna, de rito especial para a tramitação da matéria.

O mandamento de voto secreto para o caso sob exame, entendemos, todavia, não mais prevalecer, diante da Constituição que entrou em vigor a 15 de março último. E assim entendemos, primeiramente, porque a regra terminante do artigo 43 da Constituição antecedente, quanto a voto secreto para as matérias que enumerava, desapareceu da atual Constituição, sem que fosse substituída por outra, que a suprisse, no todo ou em parte. Depois, porque a lei de transição de 1967 preferiu repetir, de cada vez, a exigência do voto secreto, ao invés de uma norma genérica como a do extinto artigo 43, não previu essa modalidade de voto no caso específico de licença para processo ou para prisão, ao passo que expressamente a consignou para a hipótese de prisão em flagrante. Para chegarmos a essa evidência, que pode, até, surpreender, pelo que o voto secreto assegurava para uma manifestação íntima de influências estranhas, é suficiente o confronto das duas disposições em tela.

Veja-se que a Constituição atual reuniu num só artigo, o de nº 34, o princípio da imunidade material, ou identidade, e o da imunidade processual, ao contrário do que fez a Constituição de 1946, a qual consagrava aquela numa disposição autônoma, o artigo 44, e o outro no artigo seguinte e parágrafos, o artigo de número 45. Na precedente Carta, o § 2º do artigo 45, estabelecendo que a Câmara interessada deliberaria sempre pelo voto da maioria dos seus membros, alcançava, como é óbvio, tanto a decisão sobre a prisão em flagrante de crime inafiançável (§ 1º), como a decisão sobre processo criminal ou prisão que não em flagrante (art. 45, *caput*). E o artigo 43, estabelecendo o voto secreto para os casos do § 2º do artigo 45, abrangia, por vinculação necessária, as três hipóteses.

Agora, a Constituição encerrou essas três hipóteses nos §§ 1º e 3º do artigo 34, em cuja cabeça se firma o privilégio da identidade: "os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos." O § 1º define a imunidade processual em duas daquelas hipóteses, não contendo nenhuma indicação da modalidade do voto, quando sobre qualquer delas deliberar a câmara interessada, ao passo que no § 3º, em que se estipula sobre o comportamento da Casa legislativa quando da prisão em flagrante de crime inafiançável de algum dos seus membros, está dito, sem sombra de dúvida, que ela deliberará por *voto secreto*.

Por que, de um lado, a omissão para as duas hipóteses do § 1º e, de outro lado, a não omissão para a hipótese do § 3º? Ainda mais confirma a impressão de não se tratar de emissão involuntária a relevante circunstância de o § 4º do mesmo artigo — em que se estatui que a incorporação às forças armadas, de deputados ou senadores, ainda que militares, e ainda que em tempo de guerra, fica na dependência de licença da sua câmara — prescrever o voto secreto para a concessão dessa licença.

Dispensando conjuntamente, isto é, através de um só artigo, sobre a irresponsabilidade do parlamentar por suas opiniões, palavras e votos no

exercício do mandato e sobre a sua inviolabilidade pessoal relativamente a prisão ou processo de que esteja ameaçado, ter o constituinte querido exprimir — não obstante fazer a imunidade processual começar, antes, propriamente, do exercício do mandato, porque fixava no momento da expedição do diploma, e prolongar-se até a inauguração da legislatura seguinte (§ 1º do artigo 34) — que a prisão ou o processo para que se pede licença concerne a atos ligados, estritamente, à ação parlamentar? Os dois respondem, naturalmente, que não, e o sentimento liberal do Brasil muito vivo neste capítulo dos privilégios parlamentares, desenganadamente os apoiará.

Restam, assim, as normas regimentais, que, para a hipótese, são, agora, as únicas que obrigam a voto secreto na Comissão e no Plenário. Subsistem elas, em face do silêncio da Constituição? Temos como certa a resposta negativa. O tema não é desinteressante, à luz dos preceitos que regulam o funcionamento das câmaras legislativas, visto que a regra, para as decisões, no Plenário e nas comissões, é o voto a descoberto, sendo exceção o secreto, donde deduz-se que deve este estar sempre explícita.

E' ao que se propõe a nova Constituição, lugando da ordenação geral do artigo 43 da antiga, para preclaras recomendações incidentes, esparsas por todo o texto. Breve pesquisa revela-nos, fortalecendo o aserto, que, além das duas referências atrás salientadas (§§ 3º e 4º do artigo 34), outras existem pelo mesmo figurino, como, por exemplo, a que impõe voto secreto para a decretação de perda de mandato de deputado ou senador cujo procedimento for considerado incompatível com o decoro parlamentar ou que houver violado as proibições da atividade pública e privada, estranha ao mandato, consoante o elenco do artigo 36. E' deliberação que se aproxima — apenas muito mais amplo o seu efeito — daquela que consente a prisão ou o processo criminais. Mais constrangedor, de fato, é votar-se pela perda de mandato do que pela suspensão de imunidades para processo criminal. Daí a Constituição haver inovado, estatando, num caso, o voto secreto, noutro, o voto a descoberto, o que não quer dizer que acenemos ou louvemos a diferenciação.

O caso, porém, não é o de examinarmos as vantagens ou desvantagens do voto a descoberto para a deliberação de causas que tais, senão o de reconhecermos, preliminarmente, que onde a Constituição não exige o voto secreto, lícito não será ao Regimento de uma Casa adotá-lo.

Não se alegue que o Regimento Interno do Senado contempla, para voto secreto, algumas matérias, tais as proposições concedendo auxílios ou isenção de tributos, criando empregos, aumentando vencimentos do funcionalismo público etc., para as quais não há, na Constituição, qualquer norma imperativa quanto ao tipo de votação. São disposições, contudo, ao arripio da Constituição, e que tem servido, muito mais, de ornamento ao Regimento, porquanto se contam pelos dedos os projetos dessa natureza rejeitados em escrutínio secreto, se é que já houve, em alguma sessão legislativa, mais de um.

Sobre a obrigatoriedade regimental do voto secreto condicionada a Constituição, vale considerarmos o ensinamento exhaustivo de FORTES DE ALARANDA, nestes termos:

"Tem-se procurado interpretar o artigo 43 (da Constituição de 1946) como se ele apenas exigisse que, nos casos apontados, o voto seja secreto, deixando-se a elaboração de regras jurídicas regimentais e estabelecendo outras espécies em que pode ser secreta a deliberação de qualquer das ca-

maras. Segundo tal opinião, portanto, os regimentos poderiam ser acordes em fazer secretas as suas respectivas votações, ou um as fazer e outro não, ou em deixar, ou um só deixar, que se possa pedir, em cada caso, que a votação seja secreta. Tal interpretação desatende a tradição brasileira, que é a da publicidade das votações em qualquer das câmaras. Outrossim, se não existisse, no sistema jurídico-constitucional do Brasil, regra jurídica implícita, que diz: as votações de qualquer das câmaras serão públicas, poderiam os regimentos ou um deles estatuir que todas as votações fossem secretas. Ora, o absurdo ressalta. E' certo que os regimentos poderiam ser observados, a despeito da inconstitucionalidade, e teriamos as votações das leis sem incidência do princípio da publicidade das votações, mas seria de esperar-se que a apreciação judicial repentina tal prática e tal regra jurídica regimental."

E logo adiante:

"O voto secreto é excepcional. Nenhum dos corpos legislativos pode deliberar que a votação seja secreta: pode, no entanto, fazer secreta a apresentação e discussão dos projetos, em resolução *in casu*. (Obr. cit. — pag. 404).

Angaria-se-nos, apenas, que a tese, assim brilhantemente defendida, exorta os seus naturais imitadores, quando, no silêncio da Constituição, reíra das assembleias legislativas faculdade de opção, em cada caso sob seu exame, por um tratamento sigiloso em que se inicia a votação. Que pode haver de mais tipicamente conforme ao princípio de liberdade da assembleia política do que a escolha do sistema de voto. Ela é quem sabe, em suma, da conveniência ou da oportunidade do voto, ostensivo ou encoberto.

A omissão constitucional, em realidade, frustra o voto secreto, através de disposição regimental permanente: mas não terá o poder de cegar a autonomia da Câmara, se ela entender que, *in casu*, a votação deva ser por voto secreto, o que não contradiz a lei, mas só para a hipótese, o caráter de medida de emergência. Diz, com efeito, o Regimento Interno do Senado que a votação passara de ostensiva a descoberto, quando o Plenário o decidir (artigo 278, letra c). Em resumo, nada há na Constituição que possa informar essa preceituação.

A presente matéria, portanto, não é, realmente, no número daquelas que a prudência manda cuidar em regime especial de reserva, tanto no debate como na votação. Um conjunto de circunstâncias assim a caracteriza e, delas, não se de menor valia e da qualidade da autoridade que, em, ontem como hoje. Isto posto, recomendamos à Comissão, como, de resto, ao Plenário, que a decisão sobre a licença, numa e noutra assenadas, se processe por escrutínio secreto.

FARECER NAO CONCLUSIVO

Secreta a votação, transforma-se em não conclusivo o parecer, como já resolveu no caso Maculan. A rigor, não há nenhum preceito regimental que a isso obrigue. O entendimento resulta, logicamente, da evidência de o voto secreto dever acarrear igual tratamento para os demais trâmites da proposição, sob pena de a toda a Comissão e a todo o Plenário vedar-se o voto a descoberto, menos, exclusivamente, ao relator, desse modo colocado, ele só, em posição de singular constrangimento em face do seu companheiro em causa.

Não quer isto dizer, todavia, que nos curvemos a uma deliberação em contrário, se a esta Comissão aprouver, nesta conjuntura, a retilificação do seu veredicto. Em tal ocor-

rendo o nosso parecer seria conclusivo como o comum dos pareceres. Eis aí, enfim, longa embora imperfeitamente expostos, os elementos que habilitam a Comissão de Justiça e o Plenário do Senado a uma decisão esclarecida e correta.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 1967. — Milton Campos, Presidente — Aloysio de Carvalho, Relator — Antônio Carlos, com a ressalva de um pronunciamento definitivo sobre o problema regimental — Petrólio Portela, de acordo com a ressalva acima — Carlos Lindenberg — Bezerra Neto — Josaphat Marinho, de acordo com o parecer, ressalvado oportuno pronunciamento quanto a interpretação da Constituição a respeito do processo de votação.

A Presidência recebeu as seguintes manifestações de pesar pelo falecimento do Dr. Isaac Brown, Secretário-Geral da Presidência do Senado Federal:

TELEGRAMAS

Senador Auro Moura Andrade

Presidente Senado Federal

De: Brasília

Apresento esta Casa através ilustre Presidente meu pesar virtude falecimento Dr. Isaac Brown, exemplo, dedicação e zelo funcional pt. Rogo transmitir à família enlutada meus sentimentos. Cordialmente — Senador Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Senador Auro Moura Andrade

Presidente Senado Federal

De: Brasília

Apresento nobre Senador condolências desaparecimento eminente homem público Dr. Isaac Brown. Cordiais saudações. — Carlos Furtado de Siqueira, Ministro das Comunicações...

Senador Auro Moura Andrade

Senado Federal

De: Brasília — DF

A Prefeitura do Distrito Federal se associa ao luto desta Casa pelo falecimento Doutor Isaac Brown, cuja vida foi uma dedicação, permanente às pessoas e às coisas do Congresso Nacional e um exemplo incomum de trabalho aos servidores públicos do Brasil. Solicitamos a Vossa Excelência transmitir à família do Doutor Isaac Brown nosso profundo pesar. — Wadjo da Costa Gême, Prefeito do Distrito Federal.

Senador Auro Moura Andrade

Senado Federal

De: Manaus

Data: 25.8.67

Associo-me tôdas homenagens prestadas ilustre Doutor Isaac Brown, que tantos serviços prestou Parlamento nosso País. Saudações atenciosas. — Alvaro Maia.

Senador Auro Moura Andrade

Presidente Senado Federal

Apresento V. Exa. e Senado Federal sentimentos meu profundo pesar pelo falecimento do Secretário Dr. Isaac Brown. Perda incalculável funcional modelo dando admirável desempenho seu cargo dedicou sua vida ao serviço desta nobre Casa do Congresso e a honra pelo seu elevado espírito público, cultura, inteligência, fidelidade, dedicação extraordinária e capacidade ilimitada de sacrifício. Seu nome ilustre ficará como um dos mais altos exemplos de dignidade e civismo no quadro dos funcionários públicos do Brasil. Associo-me com ênfase as homenagens prestadas sua memória.

Cordiais saudações. — Alexandre Marcóndes Filho.

Presidente Senado Federal

Brasília — DF

De: GB -

Rogo receber sentido pesar transmitir Senado família ilustre morto amigo Doutor Isaac Brown, exemplar servidor público pt. Atenciosamente — Rubens Porto, Diretor Estatística Ministério da Justiça.

Exmo. Sr. Senador

Dr. Moura Andrade

DD Presidente do Senado Federal

Brasília

A Comissão dos aposentados da Central do Brasil, com muita gratidão e profundo respeito, apresenta a Vossa Excelência pêsames pelo falecimento do Sr. Dr. Isaac Brown, ex-Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal. Respeitosamente, pela Comissão — Lourival Veiga, Aposentado.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência deferiu hoje os seguintes Requerimentos de Informações: nº 764, do Sr. Senador José Euríbio de Moraes, ao Ministro dos Transportes; nº 765, do Sr. Senador Aurélio Vianna, ao Presidente do I.B.G.E.; nº 768, do Sr. Senador Desiré Guarani, ao Ministro das Minas e Energia; nº 769, do Sr. Senador Desiré Guarani, ao Ministro da Aeronáutica; nº 770, do Sr. Senador Lino de Mattos, ao Ministro dos Transportes; e nº 771, do Sr. Senador Lino de Mattos, ao Ministro das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa requerimento de informações, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 772, de 1967

Sr. Presidente,

Requiro a V. Exa. seja solicitada, na forma regimental, ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior, a seguinte informação:

Como foi aplicada, especificando-se os beneficiários e respectivos locais de trabalho, a parcela de Cr\$ 15.033.004, correspondente ao Fundo de Assistência aos Seringueiros, conforme o Balanço do Banco da Amazônia S. A., apresentado em 30 de dezembro de 1966?

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1967 — Senador Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento que acaba de ser lido não depende de apoio nem de aprovação do Plenário. Vai à publicação, e, em seguida, será despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

PROJETO

DE LEI DO SENADO

Nº 57, de 1967

Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Art. 1º. É declarada de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências, com sede a Rua do Catete, 115, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os brasileiros que, de cinquenta e cinco anos para cá, estudaram no famoso Colégio Santo Antônio Maria Zacaria ou no Ginásio Guido de Fontgalland, situados no Estado da Guanabara — e entre esses brasileiros encontram-se muitos que têm, hoje, destacada posição no cenário cultural, político ou social do País — são testemunhas da obra notável que, durante esse meio século, vem realizando em prol do aprimoramento intelectual de nossa gente, a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Através dos referidos educandários, a Sociedade em apreço vem procurando, durante todo esse longo tempo, formar a mocidade estudiosa dentro dos princípios de um humanismo cristão, de modo a que, fiéis às suas vocações, os moços, ao se afirmarem profissionalmente na vida prática, o façam obedientes àqueles rumos que levam o homem ao caminho do bem, da justiça e da verdade.

Já algumas gerações de brasileiros tiveram sua formação cultural amoldada às normas e postulados daquela egregia Sociedade, transformando-se em forças positivas e contribuindo para o real desenvolvimento do País.

De caráter filantrópico, a entidade em apreço exerce de interessadamente seus nobres mistérios, formando-se, assim, como um verdadeiro órgão auxiliar do governo, na tarefa de formação e orientação da juventude.

Por tudo isso, a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências torna-se credora do reconhecimento do Estado, razão pela qual apresentamos à consideração de vossos pares o presente projeto, dando à mesma a condição de instituição de utilidade pública.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1967. — Gilberto Marinho.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nobre colega Senador Lino de Mattos, apresentou, recentemente, requerimento de informações no qual verificamos, em seguida, estar faltando uma pergunta.

Indaga S. Exa. ao Sr. Ministro da Agricultura: Quais as providências práticas adotadas pela SUDEP para o amparo aos pescadores e colônias de pesca? Indaga mais: O pescador e as organizações de pesca estão sendo financiadas para industrialização do produto ou para a frigorificação? Em terceiro lugar: Quais os pescadores e organizações de pesca que receberam amparo financeiro para compra ou construção de barcos e de navios pesqueiros?

Na qualidade de Secretário, li da Mesa este requerimento. Mas agora vejo-o reproduzido no quinzenário Notícias da Pesca, que se edita em Santos, onde também li uma afirmação do Sr. Almirante Levi Aarão Reis: "A pesca é assunto que interessa à segurança nacional."

E ainda vou encontrar no mesmo quinzenário:

"Estendendo-se pela faixa litorânea desde o Cabo Orange, até o Arroio Chui, com mais de ... 8.500 kms, de costa possuindo a mais rica fauna marítima do mundo, a pesca explorada no Brasil, se acha resumida apenas numa diminuta faixa que não vai além dos 50 metros de profundidade, praticada pelos pescadores de praia, que empregando ainda recursos rudimentares, mesmo considerando respeitosamente a coragem e o arrojo dos nossos homens do mar, não podem ir mais além, nas condições presentes.

Urge a necessidade de ampliarmos a nossa área de ação para conseguirmos maior índice de produtividade do pescado para os mercados inabastecidos e as indústrias por falta de matéria prima.

Não possuímos para tal uma pesca padrão, tampouco temos embarcações especialmente construídas e designadas para uma só determinada espécie de pesca."

Talvez por isso, Sr. Presidente e nobres colegas, pudéssemos acrescentar ao requerimento do nobre Senador Lino de Mattos outra pergunta. Mas é preciso que se saiba, antes de mais nada, que há meses sequer a navios pesqueiros soviéticos estão em ação nas costas do Rio Grande. Assim, benévola gostaria que o nobre Senador Lino de Mattos tivesse acrescentado uma quarta pergunta ao seu requerimento: "Que medidas adotará o Brasil para preservar fauna marítima que está sendo capturada e dizimada por estrangeiros?"

Há poucos dias, na cidade de Rio Grande, em meu Estado, houve uma reunião a que compareceram entre outras personalidades, o chefe da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Uruguai da Lagoa Mirim, Cel. Paulo Freitas, e igualmente o Embaixador Pio Correia.

Ali, entre outros assuntos tratados, o Centro de Indústrias de Rio Grande, presente através de sua representação, abordou o assunto e teve entrega de um memorial que deveria ser encaminhado, através do chefe da Seção Brasileira da referida Comissão Mista, ao Sr. Ministro do Interior, Gen. Albuquerque Lima.

Não seria necessário nada mais Sr. Presidente e nobres colegas, para esclarecer-nos em torno daquilo que se passa em meu Estado, vale dizer na costa brasileira, do que ler alguns tópicos do memorial, que já deve ter sido apresentado ao Ministro Albuquerque Lima:

"No momento em que o Governo Brasileiro, patrioticamente, procura, por todas as maneiras, incrementar a pesca no País, quer oferecendo facilidades sob a forma de incentivos fiscais, quer financiando empreendimentos pesqueiros por intermédio dos órgãos competentes, o Centro de Indústrias do Rio Grande sente-se no dever de trazer ao conhecimento de V. Exa. os resultados da coleta de dados e informações que obteve através dos depoimentos de armadores e comandantes de barcos pesqueiros nacionais e argentinos, a respeito da frota pesqueira russa operando em nossas costas.

Assim de acordo com essas informações e depoimentos, a referida frota, cujo valor se estima superior a setecentos milhões de cruzeiros novos, seria constituída de cerca de cinquenta barcos fábrica, com capacidade média de captura mensal ao redor de 4.000 toneladas de peixe cada um, conforme documentos anexos..."

Estes eu não conheço.

"... sendo integrada também por barcos oceanográficos, desti-

nados à pesquisa da fauna marítima".

Abro um parêntese para dizer que a tarefa que esses cinquenta barcos soviéticos vêm desenvolvendo, naquela região, acha-se de tal ordem adiantada que já se estabeleceu um sistema noemalíssimo de abastecimento dessas unidades diretamente da Rússia, para a costa rio-grandense. Outro trecho do memorial diz o seguinte:

"A referida frota, que opera dia e noite, estaria utilizando redes com malhas de 5 cm, quando o mínimo permitido aos nossos pescadores é de 15 cm, a fim de que seja permitida a sobrevivência da fauna marítima.

Essa frota — a russa — estaria também utilizando métodos eletromagnéticos de pesca, dizendo parte dessa rede não capturado."

Agora, ouçam, eminentes colegas, este trecho do memorial:

"A frota soviética que opera dividida em grupos de vários barcos estaria pondo em risco a segurança dos pesqueiros nacionais, forçando-os a se retirarem da zona de operação em que se encontravam."

Denunciando a possibilidade iminente do extermínio da fauna marítima em nossa costa do Atlântico Sul, o Centro de Indústria do Rio Grande expõe outros argumentos para que seja estendido o limite das águas territoriais até duzentas milhas paulatinamente a um acordo mútuo de pesca nesta Zona entre o Brasil, Argentina e Uruguai.

Acentua o documento do Centro de Indústria do Rio Grande que a frota soviética tem uma capacidade de duzentas mil toneladas mensais em contraposição à cinquenta mil toneladas anuais capturadas em Rio Grande durante o ano de 1965.

Houve, em consequência, uma diminuição bem sensível na quantidade de merlúscos capturados este ano pelos nossos barcos pesqueiros em relação a períodos anteriores, fato este ocorrido também na Argentina com relação à espécie denominada "lambreta".

Por outro lado, os soviéticos têm encomendados, em estaleiros europeus, mais de mil barcos pesqueiros...

Vejam V. Excelências como é grande a safra soviética nas costas do Rio Grande — os soviéticos têm encomendados, em estaleiros europeus, mais de mil barcos pesqueiros para atuação no Atlântico Sul, nas costas brasileiras.

É esta a situação. Se estivéssemos de outro lado, que motivação para comícios, que motivação para trazer à rua os moços da União Nacional dos Estudantes?

O assunto, porém, nobres colegas é muito sério para nós nos permitirmos essa espécie de reação à moda dos outros, quando o que estamos vendo é que, no fundo disto, tudo, os culpados somos nós, precisamente.

Desde que me conheço, com capacidade de compreensão, ouço falar na necessidade de resolvermos os nossos problemas de pesca no Brasil, já que nos dizemos assim com essa vocação pesqueira. Não importa que o Almirante Aarão Reis venha a nos dizer palavras tão certas com as que disse, nem que o jornal da própria classe nos fale da necessidade existente, se medidas sérias não forem tomadas.

Um jornal da minha terra, o "Correio do Povo", traz comentário que lerei adiante, e que me parece colocar a situação nos seus exatos termos.

Evidentemente, o que não se pode aceitar é que, pelo fato de nós, brasileiros, não tomarmos as providências que se fazem necessárias em torno de riqueza econômica tão extraordinária como a da pesca, que se dá direito a estrangeiros — uma vez que o limite de águas territoriais é apenas de

6 milhas, diferente do da Argentina que é de 200 milhas, para que venham particularmente destruir nossa fauna marítima. Porque estão em paralelo — perdoem-me os amazonistas — deveríamos admitir que se entregasse a Amazônia aos estrangeiros, uma vez que não tivemos, até agora, possibilidade de ocupá-la pelo menos integralmente. A verdade é que urge medidas no sentido de enfiar a situação.

Quero repetir: os russos estão produzindo 200 mil toneladas por mês. Nós produzimos, no Rio Grande do Sul, 50 mil toneladas apenas por mês. Uma diferença de 2 milhões e 400 mil toneladas de peixe, pescado na costa rio-grandense, contra 50 mil toneladas nossas. Quero ainda repetir que não faço em torno da questão, em si, grave, qualquer escândalo político, particularmente porque ele seria de teor internacional. Prefiro — isto sim; — lembrar e profilizar a nossa inércia no campo sócio-econômico, pois o fato envolve problemas sociais tremendos, a par dos econômicos. E tudo pela falta de continuidade em nossas decisões, pela falta de firmeza naquilo que se começa, que se inicia e que se promete.

Temos, nobres colegas, de lidar com o que me parece o mais triste problema brasileiro, que é o de entrar em recesso após cada anúncio de medidas, ou do preço dos resultados a que se chegou por este ou aquele grupo de trabalho, quando, na verdade, a continuidade não se verifica.

Já que estamos diante de uma das maiores autoridades da nossa cultura, no País, o nobre colega Flávio Brito, do Amazonas, quero lembrar o congresso realmente triunfante que se realizou nesta Capital no mês passado, e do qual resultou a Carta de Brasília. Ali, se determinou que no ano próximo, ao realizarmos um congresso em continuidade desse, serão apresentados resultados do que se fez em razão das conclusões do anterior. Tenho toda a esperança, que assim seja, porque, não quero pensar como desgraçadamente se faz neste País, onde vivemos de desconfiança em desconfiança. É preciso que confieemos. É possível que, por esse aspecto psicológico, cheguemos a melhores resultados do que alcançados até aqui.

Mas, este caso está ocorrendo: cinquenta navios pesqueiros soviéticos, navios-fábrica — porque, ali, é tudo preparado. Há verdadeira linha de navios vindos da Rússia para as costas do Rio Grande, trazendo combustíveis e levando produtos enlatados para aquele País. Estamos nessa situação.

Insisto nisto porque demonstra exatamente, Sr. Presidente, meus nobres colegas, a nossa constante, a nossa tremenda omissão em torno de um problema, sobre o qual se acenam soluções há tanto tempo reclamadas.

Nesta Casa, certa feita ocupei-me longamente do problema da pesca, comentando o resultado de um congresso que se realizava na cidade de Rio Grande, onde agora, de uma nova reunião, resultou o memorial que está sendo encaminhado ao Sr. Presidente da República e ao Ministro do Interior. A situação, ao que vemos, continua a mesma.

Trago esta notícia à Casa, eis que não vejo senão nos jornais do meu Estado comentários e protestos, em torno do que está acontecendo com os navios pesqueiros russos, nas costas do Rio Grande, à altura do Chui.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Atenção com prazer V. Ex. Antes, porém, quero dizer aos meus nobres colegas que talvez mais desesperados do que nós estão os industriais argentinos, por força das fábricas flutuantes russas, obrigadas que foram a encerrar suas atividades nada menos de 60% das fábricas de pescado. Entendo que em vez de estendermos o limite das nossas águas territoriais para duzentas milhas; que se reúnam,

quanto antes, Brasil, Argentina e Uruguai para fazer algo a respeito.

O Sr. Flávio Brito — V. Ex. tem toda razão quando faz essa denúncia, estarrecendo não só esta Casa como todo o País. No nosso Estado é comum esse fato. Semanalmente atracam, próximo ao Município de Boca do Acre, aviões americanos próprios; não para a pesca, mas para o transporte de peixes ornamentais. Essa denúncia já foi feita na Assembleia Legislativa do Amazonas, e pedidas providências. Oportunamente, com a Carta de Brasília, que terá ocasião de analisar aqui — Carta que contém muitos erros, para nós, técnicos e responsáveis na direção do órgão máximo da agricultura — espero termos condições de fiscalizar e melhorar, talvez para o próximo ano, este setor. Fico satisfeito em ouvir de V. Ex. essa denúncia, porque tanto as cooperativas de Santos, como as colônias de pesca da Guanabara, estão todas elas preocupadíssimas. O problema tem causado desassossego em todos os lares de pescadores.

O SR. GUIDO MONDIN — Sou grato pelo aparte do eminente colega, autoridade nesta matéria, pela posição que ocupa à frente da Confederação Brasileira de Agricultura. Extrahí o fato de que o quinzenário "Notícias da Pesca", que trás a data de 1º de setembro, portanto, numa época em que já teria conhecimento do que se passa nas costas do Rio Grande do Sul, nenhuma notícia traz a respeito do que está sendo motivo de denúncias e protestos por parte da imprensa e deputado do Rio Grande do Sul. Estou recebendo notícias, agora, de que a própria Argentina, grandemente preocupada com a presença destes navios pesqueiros soviéticos, está pedindo que se reúnam, Brasil, Uruguai e Argentina, para uma tomada de posição.

Is que não bastante grave o problema a Rússia acaba de encomendar mais mil navios pesqueiros, dos estaleiros da Europa, para ampliar a sua frota do Atlântico Sul.

Esta não é uma denúncia porque o Governo tem conhecimento da situação. O Coronel Paulo Freitas trouxe em mãos — e isso deve ter ocorrido na semana passada — para entregar ao General Albuquerque Lima, um Memorial do Centro de Industriais do Rio Grande do Sul e, pelo pouco que colhi das notícias da imprensa rio-grandense, trata-se de um relatório acompanhado de detalhes impressionantes.

O Sr. Carlos Lindenberg — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. Carlos Lindenberg — V. Ex. declara que o Governo tem conhecimento da situação. Saberia V. Ex. informar qual a providência que o Governo tomou?

O SR. GUIDO MONDIN — Não tenho conhecimento de nenhuma das medidas que teriam sido ou que seriam sendo tomadas pelo Governo. Pelas declarações do Embaixador Pío Corrêa, é considerável impossível, por motivos internacionais, a extensão da nossa área marítima para 200 milhas como fez a Argentina. A área atual é de seis milhas; anteriormente era de três. A Argentina aumentou-a para duzentas milhas e está pedindo a mesma decisão por parte do Brasil.

Passarei a ler declarações do Embaixador Pío Corrêa segundo as quais apresentou uma interessante e objetiva maneira de resolver o problema, sem forçar o Brasil à adoção do limite de duzentas milhas, até agora considerado contrário às normas e aos interesses de nossa política exterior.

"A nossa solução seria esta — só tenho conhecimento por declaração feita na imprensa — um acordo tripartite com as Repúblicas do Peru, visando apenas proteger as espécies,

do pescado em seu habitat, regular a quantidade e o tamanho que, em cada espécie, seria permitida a captura. O controle seria feito pelas Marinhas de Guerra dos países signatários.

O Sr. Carlos Lindenberg — A notícia que V. Ex. dá é muito grave, mas o que admira é que o Governo não tenha tomado, até agora, qualquer providência porque, se fossem, por exemplo, navios americanos a gritaria seria geral, de norte a sul. Entretanto, está toda a imprensa catando a não ser a do Rio Grande do Sul.

O SR. GUIDO MONDIN — V. Ex. focaliza um aspecto de inteira procedência. Fatos assim não interessam divulgar aos que fazem o jogo contrário aos interesses nacionais, e procedem com cartas marcadas quando não pode haver escolha no combate aos que desfiguram o Brasil.

Conforme o caso, agem pela celeuma ou pelo silêncio, que a imprensa do Rio Grande, em manchetes, tem dado essas notícias e é por elas que sei o que estou revelando, embora receba com certos atrasos os jornais da minha terra. Mas na verdade, no restante da imprensa nacional o silêncio é total. Imaginemos que algo houvesse de interesse dos estudantes ou dos frades dominicanos de Frei Chico que alarme seria. Mas não tenho nenhuma preocupação de ordem política, não é uma denúncia que faço, uma vez que o Governo tem conhecimento dos fatos. Estou verdadeiramente impressionado. Enquanto nós, com todo o sacrifício, com protestos, com os congressos que temos realizado, conseguimos pescar no Rio Grande do Sul apenas 50 mil toneladas de peixe anuais, 50 navios soviéticos, atuando há meses nas costas do Rio Grande do Sul, estão pescando 200 mil toneladas por mês. Não apenas pescando, mas até dizendo, através de processos proibidos à nossa fauna aquática.

O Sr. Carlos Lindenberg — E nós de braços cruzados.

O SR. GUIDO MONDIN — E nós de braços cruzados. É exatamente a nossa posição. Quero ler um comentário que me parece judicioso, porque confere com o meu pensamento. Ainda hoje, pela manhã, debatendo a matéria com um grupo de amigos, chegamos precisamente às conclusões a que chegou o jornal. A culpa é, antes de mais nada, nossa, que deixamos pela nossa inércia, que aconteçam fatos como este.

Ele a notícia do jornal com a qual quero encerrar minha intervenção, até porque estou preocupado com os colegas que ainda deverão ocupar a tribuna na tarde de hoje:

(Lê)

A PESCA AMEAÇADA

A presença de navios soviéticos nas costas gaúchas revela mais uma face a no tremendo drama que é a pesca no País. Uma notável, sub-brasileira, da "guerra das lagostas", surge agora no Estado rio-grandense, como mais um aspecto eloquente do descaso em que se encontra um sistema de produção da mais alta importância para toda a nação.

A crítica generalizada contra os métodos de que os navios russos utilizam-se, para efetuar a captura do pescado gaúcho, mostra, claramente, o desprezo com que se encontra o setor pesqueiro nacional. Combinado com uma costa que não dá qualidade para o desenvolvimento da pesca, o Brasil não alcança, para uma riqueza que é abundantemente valorizada em outros países com condições naturais bastante inferiores às verificadas em nós, o aproveitamento adequado.

O Brasil é eloquente de tal maneira que pode ser constatado no próprio documento do Centro de Industriais do Rio Grande. Assim, de acordo com estas inform-

ções e depósitos, a referida frota, cujo valor se estima superior a 700 milhões de cruzeiros novos, seria constituída de 50 barcos-fábricas, com uma capacidade média de captura mensal ao redor de 4 mil toneladas de peixe cada um". A elevada tecnologia da frota pesqueira soviética mostra o grau de importância dada pela nação russa no que concerne à industrialização do peixe.

Entretanto, é no confronto com a capacidade de nossa "frota pesqueira" que se põe, realmente, a questão do desempenho de que é capaz o setor da pesca em nosso País. Do mesmo relevo a deficiência pode-se entreter o seguinte dado estatístico: "A frota soviética tem uma capacidade de 200 mil toneladas mensais, em contraposição às 50 mil toneladas anuais capturadas em Rio Grande no ano de 1966".

Os números, por si só, são o atestado do atraso tecnológico de nossa frota pesqueira, que vegeta ante uma costa morna e ante um cardume da mais alta quantidade e qualidade. Um problema que não comporta mais delongas, sendo agude de chamar a culpa para com aqueles que deixam um setor estratégico sujeito ao seu próprio despreparo.

É evidente que algumas medidas de curto prazo poderão e deverão ser tomadas. A ampliação das águas territoriais brasileiras é a única solução viável para proteger a fauna marinha nacional em curto prazo. Mas a pergunta que realmente se impõe é esta: será a tensão dos ângulos territoriais a grande solução de longo prazo? A resposta nos parece cristalina. Não! É um "não" categórico.

"A resposta do comentarista do 'Correio do Povo', de Porto Alegre é cristalina, porque ele conhece o assunto: 'Não! É um não categórico.' (Lendo)

"O que realmente é preciso convir, é que sem um reequipamento da indústria pesqueira nacional, ficaremos sempre à mercê de verneques mais desenvolvidas viram utilizar-se das riquezas não exploradas de nosso País. O avanço tecnológico mundial reduziu as distâncias, tornando o mundo bem menor. Dentro de tal contexto se faz mister que a melhor maneira de proteger os recursos naturais de uma nação seja bem explorá-los. Não é com um sistema de pesca rudimentar que o Rio Grande do Sul e o Brasil poderão fazer frente a todo um sistema moderno de captura de peixe. Os venames se renovam. Ontem foi a lagosta no Nordeste. Hoje é a frota soviética no costa gaúcha. Amanhã o que será?

Existe uma Superintendência da Pesca em âmbito nacional. Existe um grupo de trabalho em âmbito estadual. A ambos cabe a tarefa de, a curto prazo, encontrar os caminhos para solucionar o problema da pesca emersa. Não se pode compreender que a burocracia estatal impeça, ainda por um tempo, a real solução para a indústria pesqueira nacional.

Os manifestos não têm capacidade para remover situações criadas pela inércia governamental. Tem, quando muito, o sentido de protesto e de alerta contra uma situação vexatória, que é fruto de desleixo dos poderes competentes. As providências estão se fazendo necessárias, não no sentido de contornar uma situação, mas de equacionar um problema de mais alta importância para o parque produtivo nacional.

E nestes termos, Sr. Presidente, que faço esta comunicação à Casa. Não uma denúncia, isto é, o que o Governo brasileiro tem conhecimento do que se passa nas costas do meu Es-

tado, mas para que, juntos, soframos mais uma humilhação para o Brasil. Dessa humilhação poderá resultar o combate tenaz que devemos desenvolver para que nos alertemos no sentido de dar ao nosso país as soluções que ele reclama há tanto e que tanto demoram para serem alcançadas. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE: (Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO:

(Sem recitação do orador) — Sr. Presidente, o homem, simples cidadão e mergulhado no torvelinho da vida pública, não é o autor, nem o dono de seu destino. Apenas pode, em pequena medida, contribuir para traçá-lo. A própria vida, através das diversas circunstâncias, vai determinando suas ações, impondo-lhe uma conduta, assinalando-lhe o dever de sua obra.

A realidade, quando se apresenta hostil, é necessária vencê-la. As vezes a empresa se torna dura, difícil, árdua. Mas, como não é dada ao homem desvencilhar os mandatos do dever, porque isto importaria em faltar à própria consciência e à confiança dos demais, tem de enfrentar a própria realidade e vencê-la ou, ao menos, arregaçá-la com decisão.

A vida não é apenas uma realidade biológica, mas também, uma vocação de sacrifício. E, segundo seja o grau dessa vocação será a dimensão humana.

Só quem esteja penetrado desse sentido vital realiza algo de perdurável.

O homem, em si mesmo, não é senão agente de um mandato superior. Tentar, com todas as forças, interpretar esse mandato e dar-lhe forma definida e consistente, é cumprir com o dever. Esta é a lição que recebemos de vidas como a de Aderson Magalhães.

Amor a política com paixão. A poucos dias de sua morte, seus temas preferidos eram os que tinham relação com a política e com a marcha das atividades de interesse público.

Sua linguagem serena e ajustada, desprovida de toda desordem ou intencional dúvida, mas clara e coerente, sua atitude cordial e afável, seu rosto franco e aberto, sua sempre benévola e simpática disposição eram conações que refletiam com incompreensível perfeição uma mente esclarecida e cultivada, um espírito universal mas ao mesmo tempo profundamente respeitador das tradições brasileiras. E também a expressão perceptível de uma consciência sem subterfúgios nem dubiedades.

O Sr. Mem de Sá — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Com muita honra.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está fazendo o que me tinha comprometido humildemente fazer: homenagem ao grande amigo desta Casa que foi Aderson Magalhães. Trago, assim, meu apoio integral, no qual ponho meu sentimento mais vivo, às palavras de V. Exa. tão justamente pronunciadas. Só se que não conheciam Aderson Magalhães ignorar a riqueza humana, o valor moral de que era portador, o encanto que constituía o seu convívio. Eu, particularmente, lhe devo, creio, uma grande parte do relativo e modesto êxito que tenho tido na vida política. Desde que cheguei ao Senado, encontrei em Aderson Magalhães mais do que um funcionário desta Casa, mais do que um jornalista, pois era redator do "Correio da Manhã", um amigo desvelado e, sobretudo, um homem interessado em auxiliar, em fazer bem ao próximo, em ajudar a todos os que lhe pediam, de qualquer forma, a sua colaboração. A notícia do falecimento de Aderson Magalhães deixou-me profundamente comovido. Portanto, acompanho V. Exa. na justa homenagem que lhe tributa, neste instante.

O SR. GILBERTO MARINHO — Agradeço a V. Exa. o aparte em que delinco com perfeição o perfil de Aderson Magalhães, que era, efetivamente, segundo muitas vezes ouvi dos próprios lábios, um grande admirador de V. Exa.

Lamento apenas que com minha iniciativa, antecendo-me a V. Exa., venha a privar Aderson Magalhães de um retrato mais à altura dos méritos daquele grande e saudoso companheiro.

O Sr. Mem de Sá — Não apolado!

O SR. GILBERTO MARINHO — Creio ser dever de um Parlamento realmente democrático exaltar uma nobre existência transcorrida em meio e afãs e impulsos generosos do bem público e que sempre evidenciou uma indelével fidelidade e uma permanente dedicação à causa das liberdades democráticas.

Na hora em que desaparece tão alto modelo de conduta cívica e de espírito público, de labor jornalístico esclarecido e construtivo, de onívota atividade na luta pela preservação da democracia e da liberdade, inclino-me reverentemente ante a memória de Aderson Magalhães que tanto tempo a serviu ao Senado da República e que por isso mesmo tanto mereceu o respeito, a estima, o afeto e a admiração de todos, nesta Casa do povo brasileiro. (Muito bem!)

COMPARECERAM NAOS SENLORRES SENADORRES:

- Flávio Brito
- Desiré Guarani
- Sebastião Archer
- Petrônio Portela
- Sigfredo Pacheco
- Duarte Filho
- Leandro Maciel
- João Abraham
- Pedro Ludovico
- Renato Silva
- Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Passa-se a Ordem do Dia.

Toda a matéria constante da pauta depende da votação. Não havendo numero legal, fica transferida para a sessão de amanhã.

Não há mais cradores inscritos. (Pausa).

Nada mais havendo que tratar, encerro a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

Sessão em 12 de setembro de 1967 (Terça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1937 nº 250-B-67, na Casa de origem, que revoga a Lei nº 4.555, de 10 de dezembro de 1964, que concede isenção de direitos de importação para materiais, máquinas e equipamentos adquiridos pela Refinaria de Petróleo de Mangueiras S.A., no Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis sob nº 551 e 552, de 1967, das Comissões: de Projetos do Executivo e de Finanças.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 30-A-67 na Casa de origem, que aprova o texto do Decreto-Lei número 328, de 20 de julho de 1967, que altera a redação da alínea "b" do art. 1º da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, e dá outras providências tendo Parecer favorável sob nº 570, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

3

Votação, em turno único, do Requerimento nº 738, de 1967, de autoria do Sr. Senador Lino de Matos de informações ao Sr. Ministro da Fazenda

sobre a existência no Banco do Brasil, de créditos tendentes a oferecer estímulos as fábricas nacionais de máquinas e implementos agrícolas com maioria de capital pertencente a brasileiro e também a estrangeiros e ampliação de prazo de resgate dos financiamentos de tratores e implementos agrícolas concedidos a lavradores.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1964 de autoria do Sr. Senador Lino de Matos, que estabelece normas para a renovação e tramitação do Congresso Nacional dos tratados e convenções, celebrados pelo Presidente da República tendo Pareceres favoráveis sob nº 533-837, e 538, de 1967 das Comissões — de Constituição e Justiça — pronunciamiento — favorável com o substitutivo que oferece; 2º turno — pronunciento — pelo arquivamento do projeto e do substitutivo; — de Relações Exteriores: pela audição da Comissão de Constituição e Justiça, por existência de nova Constituição Federal.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1967, originário da Câmara dos Deputados, nº 2-B-67 na Casa de origem, que aprova o Acordo entre o Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância — (FANI), assinado em Nova York, em 28 de março de 1959 tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 519, 520, 521 e 522, de 1967, das Comissões: de Relações Exteriores, — de Educação e Cultura, — de Saúde e — de Finanças.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 717, de 1967, pelo qual o Sr. Desiré Guarani solicita informações a serem prestadas pelo Banco do Brasil (Carteira de Comércio Exterior).

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 767, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Lino de Matos solicita a transcrição nos Anais do Senado Federal do inteiro teor das 63 Recomendações, 8 Resoluções e 3 Moções aprovadas pelo "IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária".

8

Discussão em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 550, de 1967, da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1967, que aprova a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada adotada pela Resolução nº 1.840, (XVI) da Assembleia-Geral das Nações Unidas, 20 de fevereiro de 1957.

9

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 53, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia para cargos iniciais da carreira de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso (Fernando Esteves Dantas, Alfeu Magalhães Mendonça e Cândido Hipert), tendo Parecer favorável sob nº 571, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

10

PROJETO EM CURSO NO SENADO Que só podem ser emendados perante as Comissões

(Constituição, Art. 67, § 2º)

Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 1967 (nº 342-B-67), na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 521.700,00, para regularização de despesa que especifica.

Calendário — dias 6 — 8 — 11 — 12 e 13 do corrente mês.

PROJETO EM CURSO NO CONGRESSO

A ser emendado perante a Comissão Mista

Projeto de Lei nº 8, de 1967 (CN), que estabelece limitações ao reajusta-

mento de aluguéis e dá outras providências.

Calendário — dias 6 — 8 — 11 — 12 e 13 do corrente mês. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL**EDITAL**

Pelo presente edital, fica convocado o servidor Antonio de Pina, Operador de Som, PL-12, a comparecer nesta Secretaria, a fim de justificar sua au-

sência ao serviço, sob pena de lhe ser aplicado o disposto no art. 210, item

Secretaria do Senado Federal, em 8 de setembro de 1967. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral

ATAS DAS COMISSÕES**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA****15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 1967**

As quinze horas do dia seis de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Menezes Pimentel, Presidente, presentes os Srs. Senadores Duarte Filho, Mem de Sá e Aloysio de Carvalho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Adalberto Sena e Lino de Mattos.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Duarte Filho a fim de emi-

tir parecer sobre a única matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Senhor Senador Duarte Filho lê parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1967, que "Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE PEDAÇÃO**ATA DA 43ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 1967****EXTRAORDINÁRIA**

As dezesseis horas do dia primeiro de setembro de mil novecentos e ses-

senta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Duarte Neto, Mem de Sá e Carlos Lindemberg, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Duarte Filho.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Bezerra Neto apresenta as seguintes redações:

a) Redação Final do Projeto de Resolução nº 62, de 1967, que "suspende a execução do art. 3º da Lei nº 7.687, de São Paulo, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal;

b) Redação Final do Projeto de Resolução nº 61, de 1967, que "suspende a execução da Resolução nº 148, de 17 de janeiro de 1955, da Câmara Municipal de Niterói";

c) Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1967 que "altera os arts. 517, 520 e 523 do Código de Processo Civil";

d) Redação do Vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1967, que "modifica o item III do artigo 178 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1959 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União)";

e) Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 1967, que "altera a redação do inciso II do art. 134 do Código

Civil Brasileiro (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916)".

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 49ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 1967**EXTRAORDINÁRIA**

As dezesseis horas e vinte minutos do dia cinco de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, na Sala das Comissões, sob a Presidência eventual do Sr. Senador Antonio Carlos, presentes os Senhores Senadores Carlos Lindemberg e João Abrahão, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores Teotônio Vilela, Duarte Filho e Bezerra Neto.

E' dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, sendo a mesma considerada aprovada pela Comissão.

E' aprovado Parecer em que o Sr. Senador Carlos Lindemberg apresenta a Redação Final do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1965, emendado pela Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre referência ao título profissional de funcionário público civil da União no caso e pela forma que especifica."

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Silva — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 3º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 4º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller — (MT)

Vice-Líderes:

Vilson Gonçalves — (CE)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Manoel Vilaca — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Bezerra Neto — (MT)

Adalberto Senna — (ACRE)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Ney Braga

João Cleophas

Teotônio Vilela

Júlio Leite

SUPLENTE

Atílio Fontana

Leandro Maciel

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna

Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES

Milton Campos

Antônio Carlos

Aloysio de Carvalho

Eurico Rezende

Wilson Gonçalves

Petrônio Portela

Carlos Lindenberg

Rui Palmeira

SUPLENTE

Vasconcelos Torres

Daniel Krieger

Benedicto Valladares

Alvaro Maia

Lobato da Silveira

José Feliciano

Menezes Pimentel

Leandro Maciel

MDB

Aarão Steinbruch

Aurélio Vianna

Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.

Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

TITULARES

José Feliciano

Lobato da Silveira

Petrônio Portela

Eurico Rezende

Atílio Fontana

SUPLENTE

Benedicto Valladares

Adolpho Franco

Arnon de Melo

José Leite

Mello Braga

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto

Carlos Lindenberg

Júlio Leite

Teotônio Vilela

Domicio Gondim

Leandro Maciel

SUPLENTE

José Leite

João Cleophas

Duarte Filho

Sigefredo Pacheco

Filinto Müller

Paulo Torres

MDB

Mário Martins

Pedro Ludovico

Lino de Mattos

José Ermírio

Josaphat Marinho

João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel

Mem de Sa

Alvaro Maia

Duarte Filho

Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares

Antônio Carlos

Sigefredo Pacheco

Teotônio Vilela

Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna

Lino de Mattos

Antônio Balbino

Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULARES

João Cleophas

Mem de Sa

José Leite

Leandro Maciel

Manoel Vilaca

Clodomir Milet

Adolpho Franco

Sigefredo Pacheco

Paulo Sarasate

Carvalho Pinto

Fernando Corrêa

SUPLENTE

Antônio Carlos

Jose Guimard

Daniel Krieger

Petrônio Portela

Atílio Fontana

Júlio Leite

Mello Braga

Carlos Lindenberg

Celso Ramos

Teotônio Vilela

Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo

Bezerra Neto

Oscar Passos

Arthur Virgílio

Josaphat Marinho

José Ermírio

Lino de Mattos

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULARES

Ney Braga

Atílio Fontana

Adolpho Franco

Domicio Gondim

João Cleophas

SUPLENTE

Júlio Leite

José Cândido

Rui Palmeira

Arnon de Melo

Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-0.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A**TITULARES**

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgilio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A**TITULARES**

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(4 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A**TITULARES**

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petrônio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. O. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A**TITULARES**

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petrônio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Arranio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A**TITULARES**

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 18 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysto de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(2 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A**TITULARES**

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Attilio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

COMPOSIÇÃO

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Arnón de Melo

A R E N A

TITULARES

Vasconcellos Torres
Carlos Lindenberg
Arnón de Mello
Paulo Torres
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaça
Menezes Pimentel
Celso Ramos

M D B

Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Lino de Mattos
Aarão Steinbruch

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS.**

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Lino de Matos

A R E N A

TITULARES

José Leite
Celso Ramos
Arnón de Melo
Atílio Fontana

SUPLENTE

José Guilomard
Petronio Portela
Domício Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guilomard

Vice-Presidente: Clodomir Milet

A R E N A

TITULARES

José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Milet
Alvaro Maia

SUPLENTE

Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Múller
Sigefredo Pacheco

M D B

Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos